

# Nós, singular plural (fragmentos de uma conversa)

*We, singular plural (fragments of a conversation)*

Rodrigo Rebelo Silva

(LIDA, Instituto Politécnico de Leiria: Caldas da Rainha, Leiria, Portugal)

Tradução: José Cirillo; Karyne Berger Miertschink

**Resumo:** Este ensaio filosófico examina a natureza problemática do pronome “Nós” como conceito político e ontológico contestado. Baseando-se na noção de “singular plural” de Jean-Luc Nancy, o texto critica identidades coletivas fixas (nacionais, étnicas ou ideológicas) como redutoras e excludentes. Explora a tensão entre a necessidade de articulação comunitária para agência política e os riscos de homogeneização, destacando como “Nós” oscila entre potencial emancipatório e apropriação coercitiva. Pensadores contemporâneos como Judith Butler, Tristan Garcia e teóricos ecológicos (e.g., Baptiste Morizot) fundamentam discussões sobre coletivos fluidos, interseccionalidade e alianças não humanas. O autor defende o “Nós” como prática aberta e processual—ancorada em ação compartilhada, não em identidade—para navegar esferas públicas fragmentadas, interdependência ecológica e responsabilidade ética frente à polarização.

**Palavras-chave:** identidade coletiva; singular plural; ecologia relacional; esfera pública.

**Abstract:** *This philosophical essay examines the problematic nature of the pronoun “We” as a contested political and ontological concept. Drawing on Jean-Luc Nancy’s notion of “singular plural,” the text critiques fixed collective identities (national, ethnic, or ideological) as reductive and exclusionary. It explores the tension between the necessity of communal articulation for political agency and the risks of homogenization, emphasizing how “We” oscillates between emancipatory potential and coercive appropriation. Contemporary thinkers like Judith Butler, Tristan Garcia, and ecological theorists (e.g., Baptiste Morizot) inform discussions on fluid collectives, intersectionality, and non-human alliances. The author advocates for reimagining “We” as an open, processual practice—rooted in shared action rather than identity—to navigate fragmented public spheres, ecological interdependence, and ethical responsibility amid polarization.*

**Keywords:** *collective identity; singular plural; relational ecology; public sphere.*

DOI: <https://www.doi.org/10.47456/rf.rf.2132.49296>

\*Texto publicado originalmente como: SILVA, Rodrigo Rebelo. We, singular plural. In: CAEIRO, Mário; ABREU, José Guilherme. Art as Gestation of the Public Sphera. Porto, Portugal: LIDA – Laboratório de Investigação em Design e Arte; FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia; R3iAP – Rede de Informação, Investigação e Intervenção em Arte Pública, 2024, pp. 190-206. Disponível em: <https://ucp.academia.edu/R3iAPRededeInforma%C3%A7%C3%A3oInvestiga%C3%A7%C3%A3oeInterven%C3%A7%C3%A3odeArteP%C3%BAblica>

Singular Plural: de modo que a singularidade de cada um é inseparável de seu ser-com-os-outros e, portanto, de fato e em geral, uma singularidade é inseparável de uma pluralidade. (...) O singular é, antes de mais nada, cada um, e, portanto, também cada um com e entre todos os outros. O singular é um plural compartilhado. (Jean-Luc Nancy, Être Singulier Pluriel)

Nós não sabemos ao que se refere o nome “Nós”: temos que dizê-lo, como uma abertura da cena e da palavra. Nada é mais difícil, mais obscuro e mais opaco do que o que se instala quando pronunciamos o pronome “Nós”. Não sabemos de quem é o nome “Nós”, o que esse pronome impessoal nomeia e quem é nomeado por ele. Doravante, nós sem aspas, aquele que requer todas as aspas reduplicadas. Não sabemos o que designa ou como designá-lo. Não simplesmente sabemos quem Nós somos: não sabemos o que Nós é ou a quem Nós se refere quando o dizemos. Não sabemos o que o Nós significa para cada um ou para todos: o que circunscreve ou agrupa, quem está reunido sob esse rótulo ou sob esse nome. Tornou-se, no registro de palavras e atos políticos, uma palavra difícil: densa, equívoca, escorregadia e até mesmo traiçoeira. Quem é Nós? O que é esse Nós quando você diz, quando alguém diz Nós? Que conjunto ou grupo, que reunião é essa que faz do Nós esse coletivo indefinido e indeterminado? Como dizer isso no singular (Nós, lembremos, é a primeira pessoa do plural), porque Nós é um singular, mas um singular que designa um plural: um plural público, como se dizer Nós tornasse pública e manifesta uma certa reunião, um certo agrupamento, uma certa maneira de fazer coletivo ou de fazer comunidade. Mas Nós quem, exatamente quem? Eu e você? E eles – não eles ou eles? Nós com quem ou Nós contra quem? Nós, os humanos? Nós, os terráqueos? Nós, os vivos? Quando nos perguntamos – (para quem? para Nós?) – o problema não é apenas quem, mas também o quê: o que é Nós, para dizer Nós e, acima de tudo, por que fazê-lo, como fazê-lo (ainda). Em outras palavras: como fazer isso coletivamente? Como enunciar a singularidade de uma pluralidade irreduzível de diferenças, que, não obstante, estão em uma certa re-união?

(...)

Também podemos dizê-lo, sem cautela ou nuance. Tantas vezes o sentimos, tantas vezes somos regrados. Apresentar o Nós como um problema é apresentar o problema das “identidades” (coletivas) – nações, religiões, etnias, comunidades, grupos, minorias, maiorias supostamente identificáveis porque estão emaranhadas ou entrelaçadas com o Nós, emaranhadas em uma identificação. Identificar: essa é nossa paixão profana e impiedosa, como um vício na forma de linguagem e pensamento. Mas estamos realmente condenados a ter que identificar? Mas nada se tornou mais problemático atualmente do que a

palavra identidade: brandida e erguida, usada e desgastada, em muitas lutas por reconhecimento e distinção, em confrontos fratricidas e disputas de poder. Como esses Nós, esses coletivos, essas declinações de pertencimento e afinidade de semelhança e enredamento, do entrelaçamento que faz a substância do que chamaríamos de social ou de histórico, foram formados e enunciados? Como enunciar e declinar hoje o pertencimento, a adesão, o combate, o desejo, a força um Nós? Quantas tarefas infinitas no labirinto da arqueologia genealógica nos aguardam (desde sempre). Mas também: como recusar e rejeitar esses Nós feitos às pressas e pela pressão (“o bom português”, a extrema direita), desidentificar e desobjetificar, desembaraçar esse embaraço de simplificações e generalizações? Como é possível que esses muitos de Nós pareçam estagnar e recrudescer, retornar fantasmagoricamente quando já os considerávamos amaldiçoados ou desmantelados? Como é possível que outros Nós surjam e se formem no horizonte, enquanto outros vacilam, estremecem, se desintegram mortiferamente? Como podemos ser responsáveis e corresponsáveis (criadores e cocriadores) por coletivos (ou conectivos, deveríamos talvez escrever) que inventarão a si mesmos ou que, pelo contrário, estão em deliquescência, liquefazendo-se com a história? Como lidar com esses Nós abusivos e usurpadores, totalizantes e totalitários, esses Nós, enunciados com muita pressa, unificados com muita rapidez? Quem disse isso, quem pode dizer isso? O que você quer dizer com isso?

Quem decidiu, quem escolheu, quem traçou a linha divisória, aquela que circunscreve, às vezes precariamente, às vezes por força da lei ou força sem lei, os incluídos e os excluídos do Nós? O que Nós éramos, quando éramos (o mesmo) Nós? O que finalmente seremos, quando nos tornarmos Nós? A formação e o significado desse nome singular de um plural, o pronome essencial da voz política, da reivindicação e da revolta, da afirmação e do “em nome de”. Quem hoje pode falar “em nome de”, se o fazem multiplicando os cuidados e as precauções, os endossos? A primeira pessoa do plural é mesmo uma “pessoa” se, sem mais afirmações: uma “pessoa” pode não ser um plural? Não deveríamos então, ao invés de dizer Eu, sempre dizer Nós-Eu (1ª pessoa do plural), Eu-Nós (1ª pessoa do singular)? É uma alquimia do verbo, isso, como escreveu Rimbaud.

Precisamos esclarecer as maneiras obscuras pelas quais somos enredados, integrados, vinculados, conectados, misturados e assimilados, reconectados e retidos e as múltiplas incorporações e introjeções ao mais-do-que-eu e ao mais-do-que-um, aos coletivos que nos coletam e que nos reúnem, que nos acolhem ou que nos colhem. O terreno político da mobilização e da militância, do comprometimento e do engajamento, está hoje (mais do que nunca?) fragmentado, dividido, povoado por fissuras e confrontos. Confrontos irreconciliáveis e agravados, sem nenhuma dialetização à vista. Muitos (de nós?) hoje estão se demarcando e se desidentificando, sentindo uma impossibilidade (constitutiva?) e uma impotência (nativa?) de formar um grupo ou pertencer, de consentir com a mistura heróclita

dos diferentes em um comum: em um senso comum ou em um sentimento comum – que senso e que sentimento hoje nos identificariam a um Nós pacificamente identificável? Nós, o casal, Nós, os professores, Nós, os intelectuais, Nós, pais e filhos, Nós, europeus, Nós, ocidentais, Nós, os ricos e desenvolvidos, Nós, pós-isso e pós-aquilo, Nós, cidadãos antropocênicos e apocalípticos, desintegrados e pulverizados? De nós (plural) são feitos e confabulados esses nós (singular)? Nós nos perguntamos cada vez mais insistentemente, acumulando perplexidade sobre perplexidade, desilusão sobre desilusão, ceticismo um após o outro, dúvida radical e contundente. Mas a questão permanece: como nos unirmos e pelo que nos unirmos hoje? Com quem, para fazer o quê, com que objetivo, com que desejo, com que esperança, em nome de quê? Como experimentar e ensaiar coletivos, constituí-los ou estabelecê-los, mesmo de forma dispersa ou divergente, múltipla e multiplicada? Este é o lema: como fazer uma “esfera pública” se não é uma esfera e mesmo que seja, não é totalmente pública?

Judith Butler, em seus últimos ensaios, tem se interessado por essas novas formas de mobilização e insurreição, de protesto e clamor, perguntando de que formas (jurídicas, filosóficas, constitucionais, políticas, artísticas, etc.), mas, sobretudo, perguntando que outras formas de fazer política são essas que parecem emergir nos modos não identificados de fazer e organizar coletivos. E o que pode estar emergindo novamente além do espaço saturado e agoniado da política de identidade e identificação, das operações de identificação e do identitarismo. Sempre e ainda a identificação: mortal, mortal, morta. Reflexão sobre o direito de se reunir e o direito de dissentir, sobre a desobediência civil e o protesto não violento, sobre os modos de ativismo e manifestação pública, as condições e as dinâmicas que os tornam possíveis, suas implicações e seus efeitos imprevistos, suas complicações e seus impasses fantasmáticos. O que significa ser um grupo ou um grupo de pessoas e, antes de tudo ou depois (a festa foi legal, cara), enunciar um Nós singular de um plural? (Como o Nós é sempre o singular de um plural, não é demais dizer: puro oxímoro ou puro paradoxo, encenação do impossível). Qual é o conteúdo democrático de tal movimento ou reunião e qual é sua eficácia real ou sonhada? Como podemos entender a ação conjunta de corpos e espíritos, as vontades combinadas e confluentes em meio ao sensacionalismo da cobertura da mídia, suas imprecisões e inadequações, suas instrumentalizações? Como podemos pensar ou repensar as práticas de ação direta ou práticas antagônicas, ou mesmo o simples gesto de crítica e recusa, de dissidência e afirmação de outra vida, outro desejo, outro significado?

Como podemos dizer não e, ao mesmo tempo, dizer sim, afirmando a vida onde ela está estagnada, onde o deserto cresce? As reuniões, estar-junto, vão além das reivindicações e dos discursos, não se reduzem à expressão de um direito de manifestação ou indignação, assim como o político não se reduz à política, nem a política às políticas, em seu sentido de administrações e governanças de

assuntos públicos. A reunião, o estar-junto, como uma figura exemplar de um Nós, singular plural, não é reduzida, restrita ou limitada ao que busca circunscrevê-la e inscrevê-la no reconhecível e no conhecido, não é subjugada a categorizações. No passado (mas não há muito tempo), Antonio Negri chamou esse Nós que virá de multidão, mas que já estava lá como um enxame, o do cognitariado digital (ele próprio também uma figura do proletário), multidão, além de qualquer identificação com um povo ou com um sujeito coletivo reconhecível e designável. A figura enuncia: uma força e um desejo, mobilizadores, um ponto de partida para a ação cujo ponto de chegada é constitutivamente indeterminado e imprevisto. Políticas radicais, formas radicais de solidariedade e ajuda mútua, que fazem a si e fazem acontecer, coletivos e comunidades, que se levantam contra o poder destrutivo da violência estatal e da guerra, o poder das multinacionais e dos grandes mercenários que hoje são as forças econômicas e políticas das grandes indústrias e dos grandes conglomerados de poder: como responder a eles? Outro significado e configuração do espaço público e da esfera pública também estariam emergindo e radicalmente em questão, nesse repensar do que Nós somos, do que significa dizer Nós (e, no limite, seríamos levados a retornar à “questão da liberdade”, tão arcaica, tão grega). Era daqui que eu queria partir, ou era aqui que eu queria chegar. Mas para onde? É preciso sempre perguntar, fazer a indagação insistente e obsessiva de onde (onde encontrar, onde localizar, onde se vê e ouve, onde se identifica). Lá? Aqui?

(...)

É uma questão de convicções compartilhadas, antes da convergência de dificuldades. Interseccionalidade, disse ela. Temos que nos conectar com convicções que não são convergentes e com convergências sem convicções: esse é o nosso destino e o nosso drama, insuperável e imbatível. É por isso que “Nós” é (tudo?) menos uma questão de identidade (de origem, de mito, etc.) do que a afirmação de uma recusa, daquilo a que nos apegamos e de onde estamos. Nós nos levantamos e dizemos “não” juntos: um nós não identificado é vislumbrado e entrelaçado, para que possamos finalmente dizer “sim” a tudo com o que finalmente começaremos. E nem todos nós aderimos ou mantemos as mesmas coisas, nem aderimos ou mantemos as mesmas palavras. As mesmas coisas, em direção a eles, os que já são sempre outros, relançados em palavras, que nunca formam nada além da própria alteridade (outro), transcendência, fecham a imanência da vida, dos corpos, dos olhares, dos gestos. A questão não é dizer quem somos ou de onde viemos, mas para onde estamos indo, ou para onde queremos ir juntos, para onde iremos se nos juntarmos, ou ainda: quem seremos se nos juntarmos, o que podemos ser juntos ou fazer juntos, o que só será se nos tornarmos ou fizermos Nós-juntos, mas onde, para onde? Quem juntos?

(...)

Isso ressoa em Nós, ressoa no Nós, uma espécie de pedido de desculpas ou um chamado para estarmos juntos ou fazermos juntos: como se o Nós fosse essa (imensurável) expansão ou dilatação (do coração) de uma reunião ampliada, como algo que se abre. Mas o Nós é imediatamente seguido por um sentimento de indeterminação (ou de infinito, contrastando com as insinuações de mortalidade): o que é essa cena (mais-que-esfera) que se abre nessa enunciação de um Nós, que espaço de possibilidades se abre ali, que comunidade é essa (ousamos ainda dizer essa palavra tão bela, sabendo como o comunitarismo é a própria lógica – a hiperbólica – da identificação e da identidade?)? O que esse nós de uma comunidade, escrito, dito, sentido, tem em comum? Essa força de união, de apelo e convocação, de ser ou de agir, é hoje mobilizada e mercantilizada em incontáveis guerras ou confrontos dos múltiplos elos que se chocam e atacam uns aos outros.

Comunitarismos, tantos quanto as migalhas e os escombros de comunidades humilhadas e ofendidas, fracassados e tentados, interrompidos e fraturados, assombrosos e fantasmáticos? Não apenas entre os Nós, aprisionados e anquilosados, mas entre Nós-mesmos (quando o mesmo é o mesmo?), com contornos difusos e indefinidos, reféns de múltiplas instrumentalizações, reconduções e recanalizações. Polarizações e divisões são agravadas por telas que transmitem e replicam imagens do mesmo e do idêntico: nós e eles, os de fora e os de dentro, mas também um Nós que desenvolve patologias autoimunes (Derrida e Esposito escreveram páginas luminosas sobre essas lógicas imunes e autoimunes do comum e da comunidade: deveríamos retomá-las) que se misturam e corroem, atravessadas pelos inevitáveis paroxismos de identidades (todas, cada uma), pelas armadilhas do identitarismo (todo, qualquer). As questões de hospitalidade e recepção, ajuda mútua e convívio lutam contra a massiva tendência à polarização, que é perversamente nutrida pela estase da identidade. Mas há elos que se formam e emergem para enunciar uma reivindicação ou um direito que subsume a uma identidade feita e dada: como lhes fazer justiça? Poderíamos talvez dizer que há um recurso à palavra nós que, enquanto obscenamente exhibe apropriações insidiosas, também exige (de nós?) uma recomposição de forças de modos de protesto e reivindicação, de defesa de um direito ameaçado ou precário, de defesa de um modo de vida intimidado. A palavra soa, portanto, como uma voz de confronto de identidade enunciada pelo nós abusivo e usurpador, mas também como a voz indistinta de uma esperança: um apelo, um apelo militante pela força, pela coragem de um nós emancipador (que abre uma convergência sem convicção ou uma convicção

sem convergência). Devemos, portanto, perguntar o que é dito a cada vez que dizemos nós: devemos ouvir o Nós e o que se eleva nele, qual é seu elã e seu impulso vital, qual é a prática do coletivo e do conectivo, do estar-junto e do fazer-com, que promete e discernir que sistema de coerções esses elos usurpadores e abusivos às vezes abrigam.

(...)

Muitos autores (não os citarei aqui, mas a lista é imensa, além dos já mencionados: Baptiste Morizot, Barbara Stiegler, Emanuele Coccia, Marielle Macé, Patrice Maniglier e muitos outros) estão agora investigando esse horizonte de enunciação: quem são os nós<sup>1</sup> que surgem hoje, ameaçadores ou emancipadores, sua fragilidade e sua força, sua coesão e sua dispersão, o horizonte e sua demanda. Sobre todas as múltiplas, emergentes e imprevistas formas que temos de (conhecer) a nós mesmos e (sentir) que somos membros de um nós, de uma comunidade, membros de um plural singular. Temos de encontrar novas maneiras de refletir sobre o devir do Nós ocidental ou do Nós contemporâneo ou do Nós humano: o que acontece com esse Nós se pensarmos nele como inextricavelmente entrelaçado com os múltiplos seres e formas de vida que são seus parceiros e aliados nos nichos ecológicos onde vivemos (as bactérias, os vírus, os insetos, as árvores, os rios, as florestas, as geleiras), mas também com todos os contextos de ecossistemas urbanos e artificiais que criamos e que nos separaram ou criaram outras barreiras e fronteiras com esses parceiros e aliados? Essa é uma das questões cruciais da antropologia contemporânea (Tim Ingold, Eduardo Kohn, Anna Tsing, Phillipe Descola ou Bruno Latour), de sua atenção à singularidade entrelaçada das formas de vida, às suas complexidades e interdependências, às vezes inextricáveis e muitas vezes inseparáveis, de comunidades concretas. É uma questão de pensar em novos vínculos ou outras conexões (ou que só agora estamos descobrindo ou redescobrimos), formas de se relacionar ou “formas de estar vivo” (o título do belo e profundamente político livro de Baptiste Morizot), com esses outros vivos que são as inúmeras espécies vivas que povoam os ecossistemas terrestres. Baptiste Morizot, em seu livro “Ways of being alive” (ou já em *Les diplomates*), mostra as complexidades, férteis e emergentes maneiras de transformar nossos comportamentos de mestres e senhores, de proprietários de um grande arsenal de recursos à nossa disposição, um estoque de energias ou matérias-primas, em parceiros e aliados: como diplomatas, ou seja, seres em permanente negociação, em trocas de informação, materiais e energia, que precisam ser mapeadas sistemicamente, no âmbito de uma ecologia relacional, capazes de

---

1 N.t. Neste caso, a tradução “nós” é para o termo “knots”, plural de “nó”, amarração, laço.

compor e programar modos múltiplos e interdependentes de relacionamento com outros seres vivos, capazes de comunicar e receber algo de outros, de promover trocas e ofertas de aliança, estabelecendo pactos e coalizões ecológicas de ajuda mútua e cooperação (Kropotkine, que viu e tentou enunciar isso como a grande lógica da evolução da vida).

E isso sem pressa de se tornarem sujeitos autônomos e independentes, rápidos em se considerarem e agirem como entidades únicas e puramente livres que existem fora da imensa rede de relações que constitui o tecido da vida (ou, no caso dos sujeitos humanos, sem a imensa rede de independência que nos torna todos dependentes uns dos outros para as menores coisas que tomamos como certas), sujeitos idênticos a si mesmos, identificados e substanciais, orgulhosos de sua substância identitária. O oposto de uma certa vulgata darwinista que faz das relações ecossistêmicas um conflito de todos contra todos, em que o direito do mais adaptado se tornou o direito do mais forte, em que a pressão do encontro cocriativo e coorganizador se tornou competição e luta pela sobrevivência.

(...)

Entre os historiadores, também há várias vozes questionando as hesitações e fraturas dos EUA: suas relações com os territórios que colonizou e instrumentalizou, seus jogos de poder geopolítico e a responsabilidade por sua historicidade. É uma questão de prevenir que as narrativas históricas se tornem blocos monolíticos, que se solidifiquem e endureçam muito rapidamente, que encenem a fábula de um nós unificado e contínuo, de uma identidade nacional ou territorial, por exemplo. Ou de uma Europa branca e cristã, resolutamente greco-latina, tragicamente heroica em face de suas incontáveis e temíveis eco-miscigenações e etnomisturas: temos que deslocar territorializações, não nos assentar como em uma terra conquistada, reflexo imemorial dos filhos dos antigos colonizadores. É uma questão de tornar *“nossa história menos obviamente nossa, de fazê-la nos intrigar e nos surpreender, de nos fazer parar de fingir ter uma relação de convivência imediata com ela, de uma transparência apressada dela para si mesma ou de Nós para Nós mesmos”*, como diz o historiador Patrick Boucheron. Uma história(s), como Georges Didi-Hubermann encantadoramente narra, composta de “múltiplos estratos, estratificações e estratigrafias de múltiplos tempos, cristalizações de tempos que se difratam e se disseminam ao longo da ilusão devota do continuum histórico”. De uma narrativa guerreira de vencedores e vencidos, da retórica guerreira e do confronto que vemos hoje, mais uma vez, tomar a frente e o palco, como acontece, inclusive, cotidianamente, no jogo político.

(...)



Em 2016, Tristan Garcia publicou um ensaio instigante e desafiador, comprometido com uma certa maneira de pensar a emancipação e suas derivações de identidade, intitulado “Nós”. O ensaio está interessado nos grandes discursos e nas pequenas frases, nos slogans e nos manifestos que tornam nossa condição emaranhada em identidades coletivas, em práticas do coletivo. Aqui, o Nós aparece como a sobreposição de camadas (calcos e terraços, decalques), de planos densos ou porosos, que selecionamos ou mobilizamos taticamente para comunicar identidades sociais, para declinar o pertencimento, recortar e remontar (todo o Nós é um sistema de recorte e circunscrição, que gerencia conflitos de recorte e jurisdição) no espaço de reconhecimento das espécies sociais, gêneros, tipos, classes, gerações, minorias. Toda uma variedade proteiforme de construções, que são formas de situar e mapear o pertencimento, nossas lealdades ou fidelidades, às vezes não reconhecidas, ou nossos repúdios ou silêncios, assumidos ou negados.

Essa compreensão evidencia um modelo vivo de composições e agência, algumas mais ideológicas, outras mais especulativas, algumas mais disciplinares ou de controle biopolítico (Foucault, Negri, Agamben), outras mais emancipatórias (mas o que significa emancipação hoje?). Somos – ou melhor, participamos – de uma constelação móvel e dinâmica que está sendo redesenhada e reconfigurada com outras multiplicidades vivas, que se estende, cruza e se emaranha, que se entrelaça com outras composições de identidade. Essa é uma tentativa de repensar a existência política como uma guerra de elos, em uma guerra de nós de identidade (coletiva) que se opõem uns aos outros em conflito, em uma luta por representatividade, reconhecimento ou influência, mas também, em outro sentido, de identidade como uma coisa de nós e laços, de vínculos e conexões que se entrelaçam, amarras e ligações a blocos de identidade onde (alguém) pensa em subsumir uma certa identificação (sempre identificação), mais ou menos precária e transitória, mais ou menos durável, subterrânea e silenciosa, que nos mantém (apesar de tudo) com alguma percepção de reunião entre nós, mas, ao mesmo tempo, da qual somos dissidentes arrancados, às vezes em pura perda ou orfandade.

Tristão Garcia redesenha a narrativa das aventuras das emancipações modernas e contemporâneas (ainda em curso e inacabadas), da visibilidade de coletivos ainda invisíveis e inaudíveis, cujos elos só ganharam audibilidade e visibilidade ao longo de um século de lutas. São todos, tantos, elos proliferantes e contraditórios, que hoje vislumbramos identificar a partir de sua incessante e recorrente desidentificação: nós, as mulheres, nós, os judeus, nós, os negros, nós, o povo, nós, os refugiados e apátridas, nós, os trabalhadores, nós, os imigrantes, nós, os vivos, e assim por diante. Somos suscetíveis de cruzar com todos esses nós, mas, sobretudo, de cruzar caminhos em Nós (no

interior perfurado ou perfurante de cada indivíduo ilusório), em nossas histórias quebradas e memórias compartilhadas, moradias cruzadas ou abandonadas, nas relações diretas ou indiretas que mantemos com tempos e lugares. A multiplicidade interna ou internalizada que cada (um de) nós é e que faz com que cada (um de) nós nunca coincida inteiramente consigo mesmo. O um-que-difere de-si-mesmo, infinitamente. Tristan Garcia questiona essa multiplicidade internalizada que nos atravessa e que se tornou ostensiva, que se mostra em uma fratura exposta, que se torna explícita ou se afirma em sua multiplicidade. A segunda parte do livro, incisiva, fala sobre as “restrições de identificação” que nos atravessam e habitam, como um fundo não identificável, mas que segrega mecanismos de identificação e reconhecimento dos quais somos os elementos em um sistema ou elos em uma cadeia, que expressam e manifestam, que ativam, a forma incerta de certos “nós”. Todos esses são processos e processamentos históricos, construções geradas para nos integrar em certas categorias de pertencimento e identificação, para nos localizar em um mapa de descrições e formar sobre nós uma previsibilidade e um monitoramento algorítmico, um perfil, poderíamos dizer hoje, de um capitalismo de vigilância (para usar a expressão, tão precisa, do livro – um dos mais importantes deste século, acredito – de Shoshana Zuboff, que trata apenas, em seu centro, de todos os procedimentos e programações de “identificação”, em um sentido amplo).

A artificialidade, quer dizer, a fragilidade de cada uma das categorias de pertencimento, a construção factícia e fictícia, as ficções que nutrem, as fábulas que encenam, as crises que se recusam a enfrentar e que, por isso mesmo, e até certo ponto apesar disso, as mantêm ainda em aparente funcionamento, algumas delas mais desenfreadas e em ascensão, estrategicamente instrumentalizadas de acordo com os interesses de certos grupos ou sistemas. Estamos bem cientes de que tudo isso está acontecendo diante de nossos olhos, todos os dias, em uma tela perto de você, perto de nós. Ele busca formular a hipótese de uma relação crítica e cautelosa com o uso e o abuso do nós (de identidades e identificações): como pensar a identidade como um uso da palavra e da declaração, da afirmação que não força a diferenciação que separa, nem força a semelhança que unifica, como uma relação criativa, questionadora e atenta com os usos da identidade e do idêntico, mas também com a exacerbação da diferença como diferença absoluta que se congrega em um identitarismo ou em uma alteridade hipostasiada e inassimilável (a absolutização da diferença seria tão prejudicial – porque seria simétrica à absolutização do idêntico como totalmente idêntico a si mesmo). O mesmo e a mesmice, a identificação e a identidade como hipérboles de um nó (e um nó) fantasmático, o berço de uma emancipação segregadora e de uma polarização mortal.

(...)

O “nós” não é tanto o terreno da emancipação e da liberação quanto o terreno do aprisionamento e da dependência. Essa é sua ambiguidade constitutiva, que demanda ou convoca nosso discernimento. Mas não somos nem mais independentes do que dependentes, nem mais livres do que integrados à ordem e à necessidade das leis da natureza e do universo, tampouco definitivamente emancipados ou incuravelmente pertencentes: somos, talvez, sempre essas duas coisas, simultaneamente, às vezes até ao mesmo tempo. Temos uma natureza dupla irreconciliável, constitutivamente inacabada e capaz de contradição, atravessada por impulsos contrários. A mecânica da identidade torna-se complexificada e desnaturalizada, o pertencimento é entendido como pluralizado, complicado, com camadas de tempo cobertas e reconstruídas. A questão da comunidade, ou de comunidades plurais, mais apropriadamente, é a questão da participação: como tomamos parte e somos separados em grandes conjuntos, em reuniões forçadas ou desejadas, em uma série de círculos de identificação e identidade que se cruzam como na teoria dos conjuntos, lugares de fidelidades e infidelidades, lugares de reivindicação nos quais tentamos nos posicionar, mover, deslocar, etc. As identidades contemporâneas são feitas de incisões plurais e exclusões múltiplas, ou seja, pertencimentos contraditórios que são espacializados, que podem tentar ser visualizados como espaços ou paisagens em um mapa, como territórios mais ou menos imaginados, mais ou menos reais, que se movem: calques e trilhas que se densificam ou se condensam em torno de um estranho atrativo, um “*nome coletivo*”. Os “*nomes coletivos*” são esferas ou círculos de pertencimento, ou talvez cercas que delimitam e circunscrevem uma propriedade e, portanto, estabelecem uma divisão entre incluídos e excluídos. Mas circulamos entre e através desses círculos, nós os cruzamos, fazemos tangentes, mesmo que nos pareçam opacos e compostos. Mas essa figuração espacial do político, esse espaçamento que torna a identidade um movimento de aproximação e distância, de deslocamento e territorialização, e não exatamente uma casa de família (ou uma casa comum) ou um contêiner estático. Caminhamos entre esses contêineres de identificação contraditória, tentando traçar um caminho ou um caminho diplomático: e o caminho é diferente para todas as pessoas, uma mulher negra homossexual não segue o mesmo caminho que um homem branco pobre que não tem escolaridade, ou um jovem urbano cosmopolita: a que nomes coletivos cada um deles recorrerá para encontrar um pouco mais de liberdade, dignidade, reconhecimento, direitos. As identidades são mais do que um local de morada, no sentido de uma residência ou permanência em um local estabilizado, elas são uma navegação incerta por elementos móveis. Mais do que uma sujeição ou uma subjetivação, elas são dinâmicas de individuação (se quisermos), algo que se define progressivamente em

avanços e recuos, em preenchimentos e esvaziamentos, como uma respiração (inspiração e expiração) ou um pulso (uma sístole e uma diástole). Tristan Garcia diz: *“tudo é uma questão de prioridades entre esses círculos e nosso desejo de circular entre eles e através deles. (...) De tempos em tempos, em certos momentos importantes de nossas vidas, nossa ordem de nós muda repentinamente e a própria forma do nó são nossas antigas convicções. Cada um de nós experimentou uma mudança na prioridade de nosso pertencimento e de nossa afinidade, e uma transformação do que pensávamos perceber de nós mesmos e dos outros”*. Às vezes, percebemos que, até agora, eu pensava que tinha vindo como isso ou aquilo, vivido como isso ou aquilo, e então... tudo isso se torna um problema ou uma questão que temos de desvendar, como um novelo de lã que se tornou um padrão emaranhado que agora nos parece um casulo ou uma incubadora que nos manteve vivos artificialmente.

(...)

Apresentar o problema dos sujeitos, dos coletivos, apresentar o problema do Nós é uma certa maneira de apresentar o problema do comum e, até certo ponto, é apresentar o problema da esfera pública (esse era o lema?), isto é, de acesso à visibilidade e à audibilidade de certas maneiras pelas quais nós ou outra pessoa podemos intervir, esclarecer ou pedir esclarecimentos, criticar e expressar raiva ou desejo de justiça, mas também proferir algumas palavras de amor ou amizade, de desejo de estarmos juntos e de fazermos juntos, de nomear o que nos falta ou o que sonhamos, para o que queremos nos mobilizar. Isso implica pensar sobre o que pode ser esse sujeito singular feito de um plural coletivo: um sujeito que não corresponde a nenhuma pessoa determinável, mas que é constituído por um conjunto de elos ou conexões que se encontram em um determinado espaço e tempo, cujos laços são inventados e instituídos por esse poder de encontro. Um sujeito que é recortado ou circunscrito pela extração de um todo indiferenciado para abrir um processo de individuação que é potencialmente aberto e indeterminado, uma circunscrição finita que abre a possibilidade de infinitização, ampliação, expansão, aliança, transmutação. Talvez seja disso que o Comitê Invisível esteja falando, no texto *The Coming Insurrection*, quando *“pede a constituição de um nó que não seria definido – como os coletivos costumam fazer – por um exterior e um interior, por uma linha de partilha entre incluídos e excluídos, mas que seria definido pela densidade das conexões que o compõem e pelas recomposições e aberturas que o infinitam”*.

(...)

Essas dramatizações do nós que aparecem na esfera pública, se podem ser inconsistentes e contraditórias, ainda assim ensaiam um pouco, uma proposta para desdobrar o espaço aberto de um nós. Mesmo que não saibamos o que é um “nós”, como é um “nós” do qual podemos participar sem pertencer, que podemos compartilhar sem ter que nos definir. Que isso não exige de cada um de nós uma identidade idêntica a si mesmo, ou uma propriedade própria e adequada, mas algo como uma pergunta ou uma abertura, uma hospitalidade: algo que recebe e recepciona e não algo que exige uma identificação ou uma identidade (Derrida escreveu muito sobre isso quando falou de hospitalidade incondicional, de cosmopolitismo sem fim). Falar de Nós, falar de um Nós ou falar por ou em nome de um Nós, encoraja um questionamento, uma paciência, uma vigilância e uma intensidade do que queremos dizer e no que fazemos com o que dizemos, nas cenas que a intervenção abre no espaço público. A representação de círculos e esferas, que são imagens de circunscrições que envolvem um contorno, mas também de uma abertura, como uma lente ou um olho que abre um espaço de projeção e visibilidade ou um espaço de escuta. Um espaço de aparência (ou aparência, diria Hannah Arendt) onde seres livres parecem se encontrar.

Jean-Christophe Bailly, em um dos mais belos textos que conheço sobre o Nós, um texto escrito em 2014 na revista *Vacarme* e republicado em 2015 no livro *L'enlargissement du poème*, fala de um Nós que não designa uma simples adição de sujeitos identificados ou de identidade, parcialmente indefinidos, potencialmente ilimitados. Um Nós que não nos envolve ou circunda em uma esfera ou círculo, exceto se for um círculo que abre em si mesmo uma pura abertura, mesmo que um círculo aberto seja uma pura contradição: não é mais um círculo, mas outra figura. Teríamos que pensar não na quadratura do círculo, mas na abertura do círculo (quer dizer: a circunscrição do Nós), se entendermos por isso que o que ele circunscreve é uma hospitalidade e uma abertura. Um Nós aberto e ampliado, ou, como Marielle Macé também escreve, “um Nós que pergunta o que nós podemos fazer, se dissermos e fizermos um Nós. Um Nós que não abriria a questão da identidade, mas a tarefa infinita que consiste em fazer e desfazer coletivos, pertencimento, afinidade, suficientemente plurais juntos para poder enunciar, para poder reunir sem se assemelhar”.

(...)

Nós seríamos, constitutivamente e por definição, ilimitados, mas não necessariamente indeterminados ou não localizados: determinados, em vez disso, por uma luta, ideias, laços, emoções incorporadas e vividas, por um certo desejo pelo futuro. Nós não é um fim, nem um fim em si mesmo. Nós é um início ou um começo, um ponto de partida e não um porto de chegada (como se pudéssemos dizer que finalmente chegamos ao Nós). Nós é o meio, simplesmente um meio, no

sentido ecológico: um lugar de interdependência e conexões, o ponto de partida de uma investigação a ser instruída com atenção, paciência, humildade, liberdade e coragem. Ouvir a nós ou nós como ouvintes: não é para isso que serve uma esfera pública, para ouvirmos uns aos outros? Mais do que uma identidade ou pertencimento, nós, em múltiplos sentidos do plural singular: como o nome de uma causa, uma luta, uma tarefa, uma escuta. Essa escuta (ou leitura) aqui e agora, de uma voz que está escrita, também era, de certa forma, um nós: frágil, efêmero, precário, à distância, mas verdadeiro.

### **Rodrigo Rebelo Silva**

Rodrigo Silva (n.1976) é licenciado em Filosofia (1998) pela FCSH-UNL, com uma tese sobre Imagem e História em Walter Benjamin e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea (2007) pela FCSH-UNL, com uma investigação sobre a questão do espaço na filosofia contemporânea. É professor adjunto da Escola Superior de Arte e Design de Caldas da Rainha, leccionando desde 1998 na área da teoria da arte, da estética e da filosofia contemporânea. Entre 2010 e 2014 foi sub-director da ESAD.CR e posteriormente director, entre 2014 e 2016. Desde Junho de 2017 é Presidente do Conselho Científico da ESAD.CR.

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8406-433X>